

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

GT 5 – Política e Economia da Informação

MULHERES PASTORAS EVANGÉLICAS: INTERSECCIONALIDADE E INJUSTIÇA EPISTÊMICA

CLERGYWOMEN: INTERSECTIONALITY AND EPISTEMIC INJUSTICE

Márcia Feijão de Figueiredo – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Maria Nélide González de Gómez – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Gustavo Silva Saldanha – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: apresenta os conceitos de injustiça epistêmica e interseccionalidade nos estudos de gênero e religião na Ciência da Informação. Nesse sentido, aponta a ordenação eclesiástica de mulheres para o cargo de pastoras como uma questão contemporânea nas comunidades, onde as principais igrejas filiadas às convenções proíbem a ordenação e/ou restringem o trabalho as questões operacionais, mantendo uma hegemonia masculina de ordem epistêmica. A proposta metodológica, de estrutura teórica e conceitual, é fundada na articulação dos conceitos de injustiça epistêmica, interseccionalidade e regimes de informação no contexto da formação da liderança das mulheres pastoras evangélicas. Sobre as comunidades evangélicas aponta-se o aumento de adeptos da religião e o perfil da maioria dos membros, mulheres em condições vulneráveis e de baixa renda. Como considerações finais aponta-se que o sistema vigente mantém a subordinação epistêmica das mulheres, refletindo outros espaços patriarcais no Brasil, condicionando os regimes de informação aos potenciais quadros de vulnerabilidade de mulheres nos ambientes evangélicos.

Palavras-chave: mulher; regime de informação; injustiça epistêmica; comunidade evangélica; interseccionalidade.

Abstract: the article presents the concepts of epistemic injustice and intersectionality in gender and religion studies in Information Science. In this sense, it points out the ecclesiastical ordination of women to the position of pastors as a contemporary issue in communities, where the main churches affiliated with the conventions prohibit ordination and/or restrict work to operational issues, maintaining a male hegemony of epistemic order. The methodological proposal is to search the literature in a qualitative way for the conceptual delimitation of the text. For development, the concepts of epistemic injustice, intersectionality and information regimes are highlighted. Regarding evangelical communities, the increase in followers of the religion and the profile of the majority of members, women in vulnerable conditions and low income, are highlighted. In final considerations, it is possible to point out that the current system maintains the epistemic subordination of women, reflecting other patriarchal spaces in Brazil.

Keywords: woman; information regime; epistemic injustice; evangelical community; intersectionality.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as relações de gênero e religião na Ciência da Informação no Brasil, com enfoque no papel da mulher na configuração dos regimes de informação vigentes em território nacional no contexto do capitalismo de plataformas digitais, representam fonte escassa de análise e discussão na literatura informacional. Em contradição, observa-se o imenso contexto político que a condição religiosa e o papel da mulher na esfera pública enseja, centralmente, nas transformações demográficas dos últimos vinte anos no país. Apesar dos avanços no acesso à formação acadêmica e em políticas públicas com a intenção de proteger, dar autonomia e melhorar as condições de trabalho para equalizar o acesso às oportunidades, é possível observar no cotidiano popular que existem níveis de subordinação de cor e gênero onde as mulheres, principalmente as negras, estão no último nível social, como no contexto das instituições religiosas.

Em outras palavras, quando a operacionalização do conceito de regime de informação é aplicada no plano interseccional via os marcadores de gênero, de raça e de religiosidade, com os qualificadores “mulher”, “negra”, “evangélica”, a compreensão da condição de um regime de informação no Brasil, por sua vez, ganha dimensões contextuais sociopolíticas mais profundas e carentes de análise crítica, principalmente na dinâmica informacional que reconhece o papel da mulher negra evangélica como agente informacional atuando direta e indiretamente nos âmbitos de recepção, produção e circulação de conteúdos em meio digital. O papel desta complexa interseccionalidade é de fundamental relevância para compreensão da realidade política brasileira, incluindo os destinos da democracia no país, e modifica a forma como compreendemos o funcionamento do macro-regime de informação que transversaliza e opera no território brasileiro os modos de conformação das autoridades epistêmicas locais, regionais, nacionais, como o caso das mulheres pastoras observadas como lideranças e, logo, autoridades epistêmicas.

O silenciamento desta complexidade como objeto de estudo, ou seja, os regimes de informação do Brasil sob a ótica da vivência de mulheres pastoras evangélicas - a caminho, esta linha interseccional, segundo dados demográficos nesta pesquisa debatidos, de constituir a maioria proporcional de pessoas eleitoras no país dentro de alguns anos – é o ocultamento de uma realidade flagrante no plano sociopolítico. A ausência de uma reflexão sobre o fenômeno, no plano informacional, dada a influência das redes privadas de circulação de

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

dados pessoais disponíveis em aparelhos de telefonia celular conectados à Internet, ou popularmente chamadas “redes sociais”, constitui emergencialmente uma negligência para compreensão do próprio destino das instituições democráticas do Brasil.

As camadas de subordinação não são notadamente perceptíveis em um primeiro momento, mas há na literatura científica sobre as mulheres brasileiras negras em contextos religiosos pontos de partida que contribuem para esses apontamentos. Neste trabalho, os conceitos de “interseccionalidade” e a “injustiça epistêmica” representam aportes teóricos estruturais para reflexão crítica sobre as camadas subalternas de cor, gênero e religião. O regime de informação vigente espelha essas relações e o desafio da compreensão das autoridades epistêmicas no país torna-se emergencial do plano local (uma dada comunidade religiosa em um bairro periférico de uma grande cidade, por exemplo) ao nacional (ou seja, a definição de representantes eleitas democraticamente com suas pautas).

No Brasil, pode-se trazer em números alguns dados sociais que comprovam essa observação, através de fenômenos que ocorrem em comunidades populares. Nesse momento o país vive um processo de transição religiosa, onde os brasileiros se apresentam a institutos de pesquisa como o Datafolha (2020) e o IBGE (2022) como evangélicos, cujos percentuais aumentam a cada nova divulgação e gera debates em diversas áreas de atuação. Nessas questões interseccionais há, dentro das instituições religiosas, uma inversão quantitativa dos trabalhos ministeriais e a mulher é uma minoria na parte de cima da pirâmide religiosa. A liderança pastoral e o ensino teológico são masculinos, e as mais conhecidas denominações da pluralidade de manifestação institucional religiosa sob o arco da expressão “igreja evangélica”, vetam mulheres pastoras e em outros cargos eclesiásticos, como é o caso das Igrejas Batista e Presbiteriana. Estas são igrejas missionárias/históricas, e as Igrejas Assembleia de Deus (filiadas as grandes convenções) e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), são exemplos de igrejas pentecostais/neopentecostais.

Povoadas por mulheres negras, recorte demográfico central para o processo democrático brasileiro, essas instituições religiosas reproduzem o patriarcado e operam sob regimes de informação que potencializam o uso dos meios de comunicação como forma de ampliar seu contato e manutenção e expansão de sua comunidade local e de fé.

Nas comunidades religiosas há um predomínio de brasileiros de cor negra e do gênero feminino, principalmente em igrejas pentecostais e neopentecostais, as que mais aumentaram em quantidade nesses últimos anos. Porém, em boa parte destas e outras igrejas

o papel delas é voltado para a parte operacional das igrejas, como a manutenção da limpeza e das cozinhas, ações sociais e acolhimento das crianças. Já existem estudos compilados (Spyer, 2020, 2025) sobre as mulheres evangélicas em camadas populares que obtêm benefícios familiares e comunitários pela sua atuação na igreja e no bairro, mas são em aspectos práticos da vida cotidiana, sem promover protagonismo epistêmico. Há dentro do meio pesquisas sobre as contribuições das mulheres, entendido pela autora como uma lacuna histórica e injusta da participação na seara cristã (Almeida, 2022).

O objetivo da pesquisa é, no âmbito do quadro demográfico interseccional previamente identificado, discutir o regime de informação em sua atuação no país de modo direto e intervindo nas decisões e posicionamentos, comportamentos e escolhas políticas das pessoas em seu dia-a-dia, do dogma ou da palavra de Deus interpretada em cada expressão à leitura e replicação de conteúdos de um e de milhares de perfis de mulheres negras evangélicas. Tais processos se dão, dentro de um regime de informação digital atual, estruturalmente através das redes privadas disponíveis em meio digital via aparelhos de telefonia conectados, reproduzindo o verbo da autoridade epistêmica de seu convívio, comumente, um homem, o pastor.

2 INTERSECCIONALIDADE E MARCAS CATEGORIAIS DE SUBORDINAÇÃO: ASPECTOS DE UM REGIME DE INFORMAÇÃO ESTRUTURANTE NO BRASIL

A compreensão dos modos como, no Brasil, um dado regime de informação de potencial gigantesco, capaz de moldar processos eleitorais ou, mesmo, movimentos anti-democráticos, dado seu acesso ao quadro demográfico de maiorias absolutas ou maiorias proporcionais, atravessa, pois, a compreensão da formação e da vivência da mulher negra evangélica no país. O conceito de “regime de informação”, para Maria Nélide González de Gómez (2002, p. 3), se apresenta, em síntese, como “um modo de produção informacional dominante em uma formação social” e constitui uma base para Bezerra (2024, p. 44) observar que no presente século é dominado por “grandes corporações multinacionais”.

O percurso interpretativo da condição interseccional que demanda a compreensão do regime de informação no Brasil sob estas condicionantes passa, pois, pelas marcas categoriais de subordinação, pela interseccionalidade e mulheres evangélicas brasileiras e, por fim, pelo debate sobre o foco dos regimes de informação e mulheres evangélicas pastoras no território nacional. As marcas de subordinação em um contexto de predomínio do capitalismo de

plataformas digitais, onde o conhecer e o conhecimento, das estruturas formais às informais, são atravessados pela comunicação controlada e vigiada por algoritmos de empresas internacionais, levam-nos, em uma economia política da informação, à observação de como um modelo (dentre tantos) de injustiça nas assimetrias do capital opera na construção das pessoas dentro da sociedade atual, a injustiça epistêmica.

2.1 As marcas categoriais de subordinação nas tramas das violências interseccionais

Em diálogo com as premissas teóricas das contradições da realidade social, como a concepção marxiana das classes sociais ou as teorias do reconhecimento da escola de Frankfurt (Honneth, 2003, 2014), podemos pressupor que ontologias sociais, com diferentes graus de estruturação, visibilidade e reconhecimento, atribuem filiações, graus de pertencimento e alteridade a indivíduos, coletivos e populações, numa densa e complexa textura das relações humanas (Strathern, 2018). Podemos partir do entendimento da palavra “discriminação”.

A discriminação tem sentidos com conotações neutras, positivas e negativas. Por um lado, pode referir-se ao "ato (ou poder) de distinguir" ou ao "bom gosto, refinamento". [...] Por outro lado, quando a percepção da diferença é marcada por uma distinção ou hostilidade invejosas, a palavra... assume conotações muito negativas, como nos sentidos "ato de discriminar categoricamente em vez de individualmente" (discriminação contra as mulheres, discriminação por idade) e "numa perspectiva preconceituosa..." (discriminação racial) (Dicionário Merriam-Webster, 2026)¹.

A partir de um significado neutro, a saber, “distinguir”, “ter capacidade de reconhecer as diferenças”, com acurácia, com inteligência, temos um segundo significado, atribuindo ao conceito três características, a saber, a) estabelecer uma diferença; b) marcar diferenças de maneira negativa, com hostilidade; c) ato de aplicar a qualificação negativa da diferença e seus efeitos de subordinação, “categoricamente, em vez de individualmente” (discriminação contra as mulheres, discriminação por idade, discriminação racial).

Entre as formas de discriminação, Miranda Fricker (2021) inclui a “injustiça epistêmica” e sua dupla manifestação, seja pela subalternização que nega a palavra da “testemunha”, seja pela interdição das memórias testemunhais e sua preservação, seja coibindo seus esforços para tematizar as esferas públicas, conforme suas alteridades existenciais.

A primeira coisa que devemos ter em mente é que este tipo de injustiça é, acima de tudo, uma forma (direta ou indireta) de discriminação. A causa da *injustiça*

¹ Usamos um dicionário inglês, MERRIAM-WEBSTER, pela objetividade e atualidade da terminologia validada cientificamente pela fonte (será usada agora sua tradução). Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/discrimination> . Acesso em: 12 jan. 2026.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

testemunhal é um preconceito que faz com que o orador seja desvalorizado e percebido como epistemicamente inferior (discriminação direta). Esse fato tende a produzir efeitos negativos na forma como esses falantes são percebidos e tratados, mesmo em dimensões não epistêmicas, o que constitui um efeito secundário desse dano intrínseco. A origem da *injustiça hermenêutica* encontra-se nos antecedentes desiguais das oportunidades hermenêuticas, mais especificamente em alguns tipos de discriminações hermenêuticas que estão ligadas a algumas dimensões do espaço social. Ou seja, alguns oradores são colocados num contexto injusto e desfavorecido, tanto para compreender como para garantir que outras pessoas compreendam esta mesma experiência de desvantagem (que é ainda outra forma de discriminação indireta). Portanto, penso que é uma boa ideia designar explicitamente estes dois fenômenos como formas de *injustiça epistêmica discriminatória* (Fricker, 2021, p. 97, grifo nosso).

As análises da injustiça epistêmica de Fricker oferecem um exemplo da sobrecarga acumulativa da discriminação, já que onde existem testemunhas aos que lhes é negada a voz, existirão também memórias silenciadas, empobrecendo ainda mais os repertórios culturais e a linguagem disponíveis para dar corpo e voz às demandas pelos direitos epistêmicos. As injustiças se multiplicam a partir dos marcados interseccionais e a formação da consciência é, pois, conformada em fundamentos de autoridades epistêmicas que reproduzem modelos estruturantes, como o modelo do patriarcado.

Crenshaw (1998), ativista do movimento feminista negro dos Estados Unidos, denominou interseccionalidade como o caráter interativo e acumulativo das diferentes formas da subordinação. A questão, objeto de início de diferentes denominações, entre elas, “matriz da dominação” (Collins, 2019), foi assumida fortemente pelos movimentos negros feministas norte-americanos, sendo objeto de numerosas pesquisas e estudos acadêmicos.

A discriminação racial, a discriminação de gênero, a discriminação por descendência (xenofobia), o etarismo, e outras intolerâncias correlatas, atuam assim de maneira acumulativa e sob camadas complexas de hierarquias de violência simbólica. Estes níveis hierarquizados de violência interagem e multiplicam seus efeitos, umas sobre as outras, de modo que sintagmas como “mulher negra”, ou “velho pobre”, expressam a sobrecarga de desigualdade em cenários de discriminação. Para Crenshaw,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Para Collins (2019, 2020), uma certa “arquitetura cognitiva da interseccionalidade”, teria três orientações principais: a) usada de modo metafórico, para referir-se às conexões

entre formas de opressão e resistência; b) como instrumento heurístico, para trazer à luz os problemas sociais e buscar suas soluções; c) como paradigma, tendo como núcleo o caráter relacional das formas do poder e seu exercício. Conforme a autora, a compreensão dos problemas sociais requer análises interseccionais, que ao pôr de manifesto as configurações somativas das relações do poder, dariam visibilidade aos problemas transversais dos regimes de políticas.

Collins (2020) elenca as grandes premissas da interseccionalidade das relações de poder e os efeitos acumulados de subalternização:

- (1) Raça, classe, gênero e sistemas de poder semelhantes são interdependentes e constroem-se mutuamente;
- (2) A interseção das relações de poder produz desigualdades sociais complexas e interdependentes de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, etnia, capacidade e idade;
- (3) A localização social de indivíduos e grupos nas relações interseccionais do poder molda suas experiências e perspectivas sobre o mundo social;
- (4) A resolução de problemas sociais num determinado contexto local, regional, nacional ou global requer análises interseccionais (Collins, 2020, p. 144).

A interseccionalidade não implica uma naturalização dos vínculos entre categorias discriminatórias e de subordinação, podendo modificar as hierarquias atribuídas a cada uma delas, como gênero, etnicidade, ascendência. Isto é demonstrado no relato da antropóloga Marisol de la Cadena (2020), em seus estudos sobre populações indígenas e mestiças, em Cusco, no Peru. Trata-se de um caso no qual, sendo a cidade valorizada como fonte de poder econômico, cultural, turístico, a subordinação de gênero (mulher) é ali conformada. Somava-se sua inadequação às exigências e ofertas de trabalho urbano, de modo que a subordinação de gênero e socioeconômica ressignificam o peso da etnicidade, de modo que as mulheres são “mais índias” que os homens:

Combinando critérios étnicos y de género, las mujeres indias serían las que menos capacidad de trabajo tendrían. Incorporando en las definiciones locales los cambios regionales -en los que, como veremos, la ciudad cobra importancia como fuente de poder económico y prestigio político- la noción y valoración chitapampina del trabajo se ha transformado para incursionar en la esfera urbana: los "más" ciudadanos trabajan "mejor" que los menos urbanizados, lo que además coincide con las redefiniciones de diferenciación interétnica. De otro lado en el discurso local sobre el género, las mujeres no tendrían relaciones eficientes con la ciudad por su incapacidad para "trabajar", manteniéndose, consecuentemente, como las "mas indias" de la distribución comunal de etnicidades (de la Cadena, 1996, p 7).

Choo e Ferré (2010) explicitam os estilos ou modo conforme os quais se aplica o conceito de interseccionalidade, a saber, a) com ênfases nos grupos que sofrem os efeitos interativos e acumulativos da atribuição de subordinação, b) como processo, destacando o

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

caráter relacional do poder, considerando as interações entre variáveis que multiplicam as opressões atuado em diferentes pontos de interseção; c) considerando seus efeitos transversais, perpassando o espaço jurisdicional de instituições específicas.

Finalmente, ver a interseccionalidade como algo que molda todo o sistema social, afasta a análise da associação de desigualdades específicas, a instituições únicas, procurando, em vez disso, processos que sejam totalmente interativos, historicamente co-determinantes e complexos (Choo; Ferré, 2010, p 131).

Choo e Ferré (2010) enfatizam a importância de se considerar os jogos discriminatórios do poder, além de suas manifestações e inserção em instituições ou atividades específicas, para dar visibilidade a seu alcance e efeitos interseccionais, exibindo sua contextura estrutural, de cunho colonial, histórico e civilizatório.

Se existe certo consenso no entendimento sistêmico da interseccionalidade, caberia analisar a projeção temporal de processos agregados da discriminação categorial, com efeitos infrapolíticos, tal como ausências e exclusões das categorias subalternizadas (etnia, gênero, descendência), nas esferas institucionais da política, junto a reprodução, além dos antagonismos da esquerda e da direita, das figuras patrimonialistas de representação.

Collins (2019, 2020) faz importantes considerações cunho metodológico e epistemológico, sobre a necessidade de dissociar a lógica dos relacionamentos, dos compromissos com a ética e a justiça. Trata-se de uma alerta sobre a extensão e efeitos, investigativos, práticos e políticos, da construção e uso de instrumentos conceituais. Entre outros aspectos, preocupam a Collins possíveis interferências entre os estudos acadêmicos da interseccionalidade e a pluralidade das figuras da interatividade. Nestes cenários, a hierarquização e vinculação das categorias de subalternização apresentam variações históricas e locais, tanto do ponto de vista do exercício do poder discriminatório, quanto dos motivos mobilizados nos territórios.

Pesquisas sobre racismo, feminismo e teorias pós-coloniais, para Collins (2019), mesmo por sua relevância atual, requerem um duplo e simultâneo movimento de controle e aprimoramento de sua acurácia e rigor: um deles, externo, de reconstrução crítica dos arranjos do poder e os sistemas de opressão; outro, interno e autorreflexivo, acerca do sentido e utilidade da crítica externa, frente aos efeitos estruturais da interatividade que acontece nas frentes de mobilização social (Collins, 2019).²

² Aqui nos permitimos uma pequena narrativa, de uma experiência que tivemos, junto a Dra. Melta, ao visitar mulheres de comunidades de alto grau de vulnerabilidade, no cerro de UTUADO, Porto Rico, década de 1970,

Examinar como as mulheres de cor lidaram com o desafio de seu próprio empoderamento demonstra-se que diferentes padrões de como raça/ classe/ gênero/ sexualidade foram negociadas no contexto político dos movimentos sociais. Por exemplo, mulheres afro-americanas e mexicanas confrontaram o desafio de incorporar gênero aos argumentos predominantes de raça/classe dos movimentos nacionalistas negros e mexicanos, assim como incorporaram raça e classe ao movimento feminista que avançava somente nos argumentos de gênero. Neste contexto, argumentos sobre a intersecção de raça/ classe/ gênero/ sexualidade foram forjados na intersecção de múltiplos movimentos sociais, uma localização estrutural que teve um importante efeito nas dimensões simbólicas do discurso interseccional a seguir (Collins, 2017, p.4).

O regime de informação que conforme, pois, as relações sociais, está marcado por um complexo processo de classificação das pessoas através de seus aspectos socioculturais em uma economia política compreendida como máquina de discriminar (criar hierarquias e estabelecer seus limites de ação). As marcas categoriais de subordinação nas tramas das violências interseccionais posicionam as mulheres, as mulheres evangélicas e as mulheres evangélicas brasileiras como um dos focos dos processos de subordinação no regime de informação vigente.

2.2 Interseccionalidade e mulheres evangélicas brasileiras

O entendimento de Collins sobre a interseccionalidade e os modos de interseccionalidade apontados por Choo e Ferré (2010) podem ser percebidos em um dos fenômenos sociais contemporâneos do Brasil: o aumento das pessoas brasileiras que adotaram a fé evangélica nas últimas décadas. Os evangélicos no Brasil eram menos de 10% por cento da população na década de Oitenta do Século XX e, menos de cinquenta anos depois, esse número aumenta para 26,9% da população (IBGE, 2022).

De acordo com as previsões demográficas do professor José Eustáquio Diniz Alves, a hegemonia evangélica no país deve ocorrer em 2049, “quando as filiações evangélicas podem ultrapassar as filiações católicas se o ritmo da última variação intercensal for mantida” (Alves, 2025). O autor observa que houve uma desaceleração no avanço de evangélicos, mas observa que há um número maior entre os mais jovens, enquanto que os católicos são maioria entre os idosos.

que tinham sofrido práticas experimentais de controle natal, por empresas farmacêuticas. “Nossos maridos não têm nada, lhes damos filhos porque terão mais mãos para ajudá-los no trabalho”. Sem pretender explicar nada, sendo que não sabemos qual o estado das coisas, mais de quatro décadas depois, só para lembrar a difícil resolução da complicada interseccionalidade da pobreza e do gênero, em seus plurais contextos.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Contudo, há lugares em que há mais de uma década houve a transição religiosa. Alves, Cavenaghi e Barros (2014) apresentaram algumas cidades do Estado do Rio de Janeiro que registraram um percentual maior de evangélicos com relação às demais religiões. No Município de Seropédica, localizado na Baixada Fluminense, o percentual em 2010 já era maior do que os católicos:

Foi uma perda muito acelerada e parece que não vai ser interrompida imediatamente, pois os católicos estão mais representados entre os idosos e os **evangélicos mais representados entre as mulheres em período reprodutivo e as novas gerações**. Independentemente da migração inter-religiosa, haverá mudança apenas por conta da inércia demográfica e da sucessão de gerações (Alves, Cavenaghi e Barros, 2014, p. 1078, grifo nosso).

Os dados apontam que as mulheres e a população negra são maioria nas comunidades evangélicas. De acordo com o Datafolha (2020), as mulheres correspondem a 58% dos membros nas igrejas. “Entre as congregações neopentecostais, a evangélica que contempla igrejas como a Universal do Reino de Deus e a Renascer em Cristo, a participação feminina atinge 69%” (Balloussier, 2020).

O levantamento de dados realizado em 2024 pelo Instituto Datafolha na Cidade de São Paulo, aponta que as mulheres evangélicas possuem uma renda menor do que os homens, e o índice de casamentos é menor, o que denota condição mais vulnerável de gênero.

Na parcela de mulheres, 45% têm renda individual de até 1 salário mínimo, índice superior ao registrado entre homens (28%). [...] Cerca de metade (51%) é casada, 35% são solteiros, 9% são separados e 6% são viúvos. Entre os homens, 40% são solteiros, ante 31% entre as mulheres. No universo feminino, 9% são viúvas, e entre os homens esse índice é de 2% (Datafolha, 2024, p. 10).

A importância da fé para as mulheres evangélicas é indicada em estudos nas ciências sociais e há uma percepção dos ganhos por uma vida baseada na fé cristã. Para Spyer (2020), não há consenso sobre empoderamento feminino nos ambientes evangélicos, mas no nível horizontal há ganhos familiares. “Por isso, o empoderamento apresentado [...] é, geralmente, difícil de ser reconhecido por quem parte da perspectiva da mulher das camadas média e alta, que conquistaram espaço fora do âmbito doméstico” (Spyer, 2020, p. 122).

O antropólogo aponta que a vida dessa mulher típica tem ganhos sociais na medida em que se torna religiosa. No caso de mulheres casadas, o autor observa que há uma redução de violência doméstica na conversão e no desenvolvimento da vida matrimonial dos cônjuges. De modo geral, as mulheres são incentivadas nas igrejas para formação profissional. Em pesquisa sobre gênero na Igreja Universal realizada por Teixeira (2012), Spyer destaca que é

a instituição que orienta e encaminha as mulheres nas questões civis, pois “é na igreja - e não na escola - que a mulher recebe iniciação civil relacionada, por exemplo, a aprender a guardar dinheiro” (Spyer, 2020, p. 127). Machado observa que há movimentos na esfera religiosa para manutenção de papéis conservadores para as mulheres. “E hoje existem várias iniciativas encabeçadas por mulheres evangélicas que reproduzem representações tradicionais de gênero. Um exemplo disso é o chamado *Culto das Princesas*, comandado pela pastora Sarah Sheeva” (Machado, 2020, *online*).

Spyer (2020) reconhece as restrições impostas às mulheres nos espaços religiosos, como a ocupação dos cargos e acesso a alguns instrumentos musicais. Como não existe uma liderança única que responda pelas igrejas evangélicas, não há consenso sobre o papel das mulheres no que tange a liderança. Enquanto há igrejas que possuem mulheres com cargos eclesiásticos, outras restringem a ordenação pastoral aos homens.

2.3 Regimes de informação e mulheres evangélicas pastoras

Como observado, pensar os processos políticos no Brasil sob o contexto do capitalismo de plataformas digitais impõe-nos o desafio da compreensão da complexidade demográfica e sociocultural do país. Para além disto, faz-se necessário, no contexto macro e micropolítico dominado pelo poder das redes privadas de informação e de comunicação de fácil acesso e uso cotidiano via telefones móveis, por exemplo, observar condicionantes de formação das consciências que produzem e circulam dados em meio digital, na complexa trama interseccional das desigualdades brasileiras.

Costa e Covre-Sussai (2023, p. 2) procuraram “investigar as particularidades referentes ao processo de admissão das pastoras, bem como da permanência no cargo, além de observar o reconhecimento como resultado positivo da inserção das mulheres na esfera pública”. As autoras apontam como um dos argumentos das vertentes fundamentalistas contra a formalização de mulheres em cargos pastorais a questão do poder, “que veem o pastorado feminino como um tipo de feminismo evangélico” (Costa; Covre-Sussai, 2023, p. 2). Há o entendimento que a ordenação pastoral tem contribuições no papel da mulher nas igrejas evangélicas.

Nessa conjuntura, pensar os problemas relacionados ao pastorado feminino, seja de ordem econômica/material, seja da dimensão simbólica, é uma maneira de pensar o pastorado como um exercício de superação de sucessivas limitações impostas pelo ambiente religioso, e por isso, a permanência das mulheres nesse espaço reflete a importância para as discussões de gênero (Costa; Covre-Sussai, 2023, p. 5).

Gouvêa Neto (2019) realizou entrevistas com duas pastoras da Igreja Assembleia de Deus e partiu dos estudos de *habitus* de Pierre Bourdieu e a “matriz de inteligibilidade” de Judith Butler num texto sobre regulações de gênero. A autora aponta elementos interseccionais nas mulheres que se encontram no cargo de pastoras.

Considerar campos como espaços habitados requer pensar nas normas que governam e regulam esses campos com fim de construção de uma matriz de inteligibilidade. Entretanto, cabe ressaltar dois pontos importantes: 1 – os campos, aqui, são espaços de sociabilidade nos quais existem jogos de poder operando a todo o momento; 2 – as normas estão no plural, pois as mesmas são constituídas a partir da pluralidade, da interseccionalidade, da heterogeneidade. Dessa forma, trabalhar gênero de maneira crítica requer reconhecer que cada mulher assembleiana tem sua formação identitária constituída de forma diferencial através de relações sociais que envolvem: raça, idade, escolaridade, status social, moradia, etc. Para colocar a mulher como agente de sua religiosidade e de sua própria história é preciso reconhecer: 1 – que o espaço religioso é um campo construído por relações sociais, isso implica dizer que há relações de poder operando no interior desse campo a favor de normas que regulam e legitimam os sujeitos de acordo com intentos específicos; 2 – que a identidade “mulher” enquanto identidade única, dotada de homogeneidade e essencialismo necessita ser problematizada [...] Dessa forma, cada mulher reconhece a si de forma distinta e age de acordo com sua identidade, tensionando de maneiras variadas os discursos reguladores no interior do campo religioso. (Gouvea Neto, 2019, p. 339-348).

O papel informacional da mulher brasileira evangélica pastora tem, neste sentido, lugar de reflexão urgente na sociedade brasileira. Trata-se de um modo de construção de um olhar sobre uma autoridade epistêmica potencial, que está presente em diferentes pontos da construção das manifestações religiosas no país e representa uma maioria proporcional em crescimento, capaz formalizar decisões macropolíticas, como definição de eleições municipais, estaduais e federais. Quando observada sob as lentes dos regimes de informação, as condicionantes de estratos de classe no bojo da paisagem da interseccionalidade podem relevar indicadores fundamentais para compreensão desta população, suas formas de vida e de tomada de decisão, o impacto das formas de opressão contra ela, bem o potencial de transformação oriundo de suas ações informacionais, e, ainda, o seu poder informacional diante de uma realidade marcada por regimes de informação estruturantes no duplo local-global.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partir do pressuposto da relação entre a interseccionalidade dos marcadores de gênero, raça e religião para compreender os regimes de informação vigentes no Brasil, o estudo procurou atentar e descortinar, através de reflexão teórica via dados demográficos,

aspectos centrais para compreender a estrutura das instituições democráticas no país de hoje e de amanhã.

O território de investigação científica dos regimes de informação que operam no Brasil sob e através de redes privadas de comunicação demanda uma compreensão dos movimentos demográficos e das condições sociais de uso e de produção de dados de cada estrato populacional. No âmbito de uma reflexão interseccional sobre a dinâmica das pluralidades identitárias e das desigualdades socioeconômicas, esta pesquisa observou elementos centrais para pensar o Brasil à luz dos regimes de informação diante das tramas interseccionais das mulheres no contexto religioso da paisagem evangélica do Brasil. Suas formas de vivência e de sobrevivência, reproduzem-se em contextos onde o patriarcado segue operando formas de subordinação e de violência simbólica. Cidadãs e eleitoras, estas mulheres cumprem papel decisório onde pertencimento afetivo e concretude econômica de existência se inter-relacionam. Usuárias e produtoras de dados, são representam subjetividades e coletividades em rápido crescimento no Brasil, com potencial objetivo de transformações para o bem-estar do país ou aprofundamento das assimetrias em uma economia política estruturada no capitalismo de plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rute Salviano. **Vozes femininas no protestantismo brasileiro**: a religiosidade, o papel feminino, as denominações e suas pioneiras. Viçosa, MG: Ultimato, 2022.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Transição religiosa no Brasil: 1872-2049 . **Ecodebate**, 09 jun. 2025. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2025/06/09/a-transicao-religiosa-no-brasil-1872-2049/> Acesso em: 16 jun. 2025.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Martha; BARROS, Luiz Felipe Walter. A transição religiosa brasileira e o processo de difusão das filiações evangélicas no Rio de Janeiro. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 12, n. 36, p.1055-1085, out./dez. 2014. Dossiê especial: Religião e demografia. Disponível em: DOI: 10.5752/P.2175-5841.2014v12n36p1055 Acesso em: 15 abr. 2025.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. Cara típica do brasileiro evangélico é feminina e negra, aponta Datafolha. **Gauchazh**, Porto Alegre, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2020/01/cara-tipica-do-brasileiro-evangelico-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha-ck5cn2t0p03il01odc174ye68.html> Acesso em: 15 abr. 2025.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

CHOO, Hae Yeon; FERREE, Myra Marx. Practicing intersectionality in sociological research: a critical analysis of inclusions, interactions, and institutions in the study of inequalities. **Sociological theory**, v. 28, n. 2, p. 129-149, 2010.

COLLINS, Patricia Hill. Intersectionality as critical inquiry. **Companion to feminist studies**, p. 105-128, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

COSTA, Rafaely Camilo; COVRE-SUSSAI, Maira. Os desafios para a inclusão de mulheres ao pastorado evangélico: uma análise sociológica. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 21., 2023, Belém. **Anais [...]** Belém: UFPA, 2023. Disponível em: https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1745 Acesso em: 12 jan. 2026.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf> Acesso em: 15 abr. 2025.

DATAFOLHA: 50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião. **O globo**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-50-dos-brasileiros-sao-catolicos-31-evangelicos-10-nao-tem-religiao-24186896> Acesso em: 15 abr. 2025.

DATAFOLHA. 92% dos evangélicos paulistanos concordam que a igreja muda para melhor a vida das pessoas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-e-sociedade/2024/07/92-dos-evangelicos-paulistanos-concorda-que-a-igreja-muda-para-melhor-a-vida-das-pessoas.shtml> Acesso em: 14 abr. 2025.

DE LA CADENA, Marisol. Las mujeres son más indias. *In*: RUIZ BRAVO, Patricia (ed.). **Detrás de la puerta**: Hombres y mujeres en el Perú de hoy. Lima: PUCP, 1996. p. 181-202.

DE LA CADENA, Marisol. The production of other knowledges and its tensions: from andeanist anthropology to interculturalidad?. *In*: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. **World Anthropologies**: Disciplinary Transformations within Systems of Power. Milton Park: Routledge, 2006. p. 201-224.

DISCRIMINATION. *In*: MERRIAM-WEBSTER.COM Dictionary. Merriam-Webster, Disponible at: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/discriminationn> . Accessed: 12 Jan. 2026.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

FRICKER, Miranda. Conceptos de injusticia epistémica en evolución: las Torres de Lucca. **Revista internacional de filosofía política**, v. 10, n. 19, p. 97-103, 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, p. 43-60, 2012.

GOUVÊA NETO, Ana Luiza. Mulheres da Assembleia de Deus: perfis ideais? **Caminhos**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 334-351, jan./jun. 2019. Disponível em: DOI: 10.18224/cam.v17i1.6935 Acesso em: 14 abr. 2025.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. **The I in we**: Studies in the theory of recognition. Cambridge: Polity, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**: questionário amostra. IBGE: 2022. Disponível em: https://anda.ibge.gov.br/np_download/censo2022/questionario_amostra_completo_CD2022_atualizado_20220906.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos; VITAL, Christina. Base social dos pentecostais conta com uma presença grande de mulheres e negros. [Entrevista cedida a] João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 05 mar. 2020. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/596800-base-social-dos-pentecostais-conta-com-uma-presenca-grande-de-mulheres-e-negros-entrevista-especial-com-maria-das-dores-campos-machado-e-christina-vital>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus**: quem são os evangélicos e porque eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STRATHERN, Marilyn. **Relations**. Durham: Duke University Press, 2018.

FINANCIAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida a partir do fomento do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).